

Espaços Públicos, Planejamento e a Sustentabilidade para o turismo no Circuito Oeste Rios¹

Public spaces, Planning and sustainability for tourism in the Oeste Rios Circuit

Renata Maria Ribeiro (renata@rosana.unesp.br)

Doutora em Geografia, Professora na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Rosana, SP

Danielli Cristina Granado (danielli@fct.unesp.br)

Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Professora na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, SP

Guilherme Henrique Barros de Souza (guilherme@rosana.unesp.br)

Doutor em Engenharia Cartográfica, Professor na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Rosana, SP

RESUMO

Ao considerar as preocupações com a qualidade de vida do homem urbano, destacada aqui o lazer, com base no princípio de Le Cobusier (Carta de Atenas, 1933), em estruturas interconectadas pelo princípio: circular, morar, trabalhar e recrear, esta discussão se projeta em um escopo geográfico voltado às cidades de interior com populações modestas, que possuem poucas alternativas de lazer e que buscam o desenvolvimento no turismo. As cidades pequenas reduzem escalas para o estudo de problemas urbanos, principalmente, em escala ambiental, podendo basear modelos de planejamento. Os municípios de Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio e Rosana, objetos desta pesquisa possuem balneários públicos, os quais foram pensados e construídos para o lazer da população local. A partir de base documental e de visitas in loco, que incluíram entrevistas com gestores municipais observou-se que

¹ Trabalho revisado e ampliado a partir da apresentação oral do artigo durante o XIV Seminário ANPTUR em setembro de 2017.

não há integração entre ações para estruturar territórios para o turismo, nem mesmo ações de planejamento integrado e contínuo, que considere o uso sustentável dos recursos hídricos e das estruturas de lazer. A falta de nitidez entre as políticas de desenvolvimento para o turismo denota ações pontuais e pouco estratégicas. Há necessidade de desenvolver pesquisas sobre demanda e fluxo de visitação, associadas a estratégias que, entre outros aspectos visem atender bem o turista e que considerem a capacidade de carga do meio. Além disso, se faz necessário o desenvolvimento de novos produtos turísticos para aumentar a permanência de visitantes na localidade e assim movimentar a economia e os serviços da cidade. Acredita-se que será necessário mudar o paradigma da gestão municipal em turismo, tendo como prerrogativa que o turismo instaure-se na ocupação de espaços e que os gestores necessitam articular políticas públicas envolvendo o planejamento territorial e a atividade turística, com vistas à sustentabilidade e a continuidade da atividade, em longo prazo.

Palavras-chave: Planejamento do turismo, Circuito Oeste Rios, Balneário municipal.

ABSTRACT

Observed the preoccupations with the quality of life of urban man for leisure, based on the principle of Le Cobusier (Letter of Athens, 1933) in structures interconnected by the principle: circular, dwell, work and recreate, and taking these concepts as central; this discussion is projected in a geographic scope geared towards small towns with populations modest ones, that have few alternatives of leisure, that seek the development in the tourism. Small cities reduce the scope of study of urban problems, especially on an environmental scale, and can base planning models. The municipalities of Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio and Rosana have public spas for leisure. The initial project for the four municipalities provided for the installation of a bathhouse with bath and sand area, parking, playground, restaurants, sports courts, kiosks and camping area for the local population. From the documentary base, the visits and the observation of tourism with the contact of the municipal tourism secretariats, it was observed that there is no integration between



actions to structure territories for tourism, or with the preservation and sustainable use of water resources or structures leisure activities, nor even integrated and continuous planning actions. The lack of clarity between the development policies for tourism denote specific and non-strategic actions. There is a need to develop research on demand, strategies to meet the needs of tourists, load capacity with natural resources, and the development of products that bring diversity to the destination to increase the permanence of visitors in the locality and thus to move the services of the City. It is believed that it will be necessary to change the paradigm of municipal management in tourism, since tourism establishes itself in the occupation of spaces and that managers need to articulate public policies involving territorial occupation and tourism activity.

Key words: Tourism planning, West Circuit Rivers, Municipal beach.

INTRODUÇÃO

Outrora a Cité no século XIV, apresentava uma configuração concentrada, por acomodações e pessoas, cujos princípios de moradia, trocas comerciais e convenções sociais traçavam a estrutura territorial de ocupação, poder e circulação. Àquela época em uma visão ampla, o espaço era “vivo” e congregava as funções qualificadas para o uso público.

A frente das casas era o lugar, que além da circulação, denotava a interação entre moradores e transeuntes, uma vez que àquela época, o lazer não era considerado como algo a ser proporcionado à população. A concentração em espaço comum trazia o convívio aos seus diversos fins.

A aglomeração caracterizada pelo aumento populacional trouxe a necessidade de novos modelos de estruturação da cidade, o que pode ser colocado como foco da problemática da organização das cidades. Em um salto temporal, passados alguns séculos tem-se em 1910 na França, o início das discussões do urbanismo (Bardet,1990), e a instituição de procedimentos e estruturas em torno do planejamento urbano.



Ao considerar as preocupações com a qualidade de vida do homem urbano, principalmente, relacionadas à concentração populacional e às garantias advindas dos direitos trabalhistas na revolução industrial, destacado aqui o lazer, observa-se na Carta de Atenas (1933), que as superfícies livres são “destinadas a acolher as atividades coletivas da juventude, propiciar em espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017).

A necessidade de discussão dessas questões, a partir da Carta de Atenas e de Le Cobusier remete a análise e planejamento da rede de desenvolvimento territorial numa simbiose de estruturas interconectadas pelo princípio: circular, morar, trabalhar e recrear. Tais conceitos figuram como temas centrais do presente trabalho, na análise da dinâmica de crescimento das cidades, em uma relação intrínseca aos movimentos sociais, econômicos e políticos, que levam a construção de prioridades e modos de vida urbano. Nesse sentido, projeta-se essa discussão em um escopo geográfico voltado não às metrópoles, mas às cidades de interior com populações ainda modestas, que possuem poucas alternativas econômicas e de lazer, e que buscam aportar seu desenvolvimento no turismo.

De modo geral, as políticas de fomento ao turismo abarcam diversos setores e, necessita estar em sintonia com o planejamento urbano e o ordenamento territorial, para apoiar e desenvolver ações conjuntas entre o setor público e privado. Além disso, devem estar:

abiertas a todos aquellos que honorariamente y sistemáticamente deseen colaborar en la promoción de ciertas actividades municipales, en la organización de festejos populares, en la protección y mejoramiento del espacio urbano o en el mantenimiento de algún servicio que el presupuesto oficial no alcanza cubrir (Boullón, 1999, p.30).

Em uma visão prospectiva, a organização e o fomento ao turismo podem gerar modelos de planejamento em pequena escala, pois reduzem o escopo para o estudo de problemas urbanos, entre eles aspectos

ambientais e territoriais, especialmente, na atribuição e distribuição de espaços para o turismo.

Em face da realidade de gerar novas economias às pequenas cidades, o presente estudo busca estruturar a observação na política estadual que reflete ou deveria refletir na sistematização de atitudes e políticas locais relativas ao turismo, nos pequenos núcleos urbanos.

ÁREA DE ESTUDO

No Programa de Regionalização do Turismo, os municípios ora estudados ocupam a Região Turística Pontal Paulista e Região Turística Sol do Oeste (São Paulo, 2016 a, b). Ainda na tentativa de estruturar ações conjuntas de desenvolvimento, se encontravam reunidos em um programa de roteiros turísticos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SP, que dava apoio aos municípios na divulgação de seus atrativos e promoção de circuitos turísticos. Assim, o Circuito Oeste Rios tem como principal característica a similaridade dos atrativos, atrelado ao modelo de geração de espaços públicos de lazer localizados às margens de rios. O Circuito integra dez municípios (Figura 1), dos quais, quatro, Rosana, Presidente Epitácio, Panorama e Paulicéia, foram estudados neste trabalho.



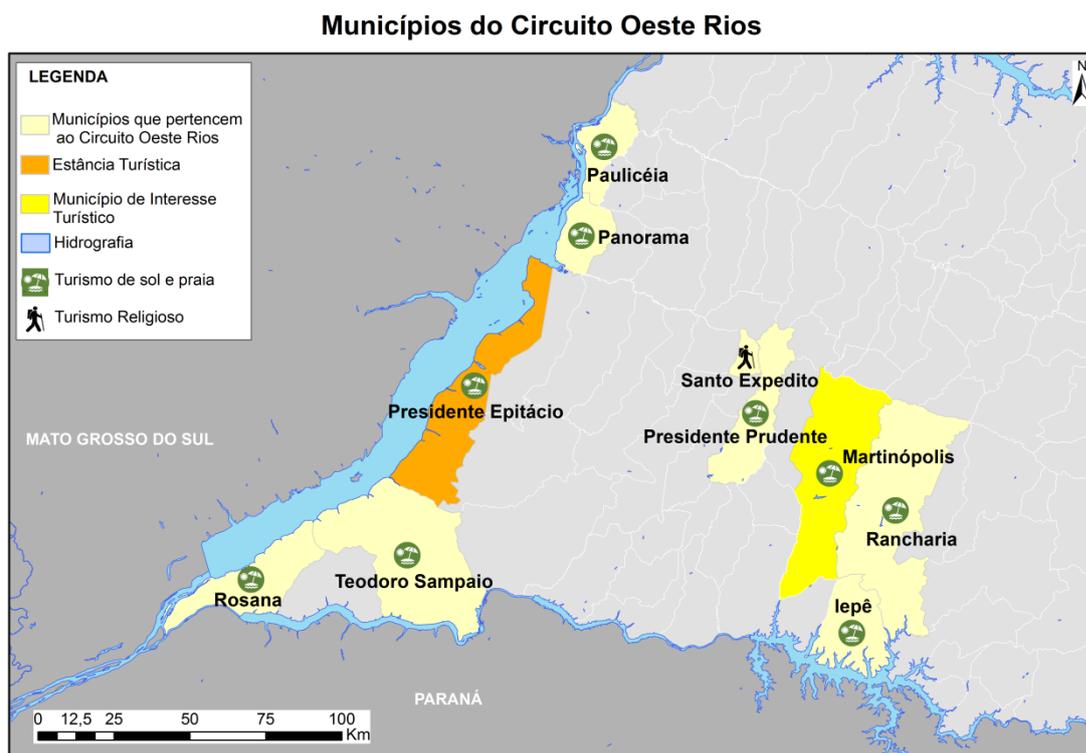


Figura 1: Municípios que integram o Circuito Oeste Rios na região Sudoeste do Estado de São Paulo (Fonte: Autores, 2017).

Os municípios objetos desta análise possuem em comum balneários públicos construídos, como obras de compensação pela perda de território, devido à formação do reservatório de Porto Primavera, no Rio Paraná para geração hidrelétrica na Usina Engenheiro Sérgio Motta, na década de 1990 do. O projeto inicial para os quatro municípios previu a instalação de balneários com área de banho e praia com areia, composto ainda por estacionamento, parque infantil, restaurantes, quadras esportivas, quiosques e área de camping. A utilidade desses espaços estava vinculada diretamente ao lazer da população local. Mas passados vinte anos da instalação desses equipamentos, têm-se diferenciações significativas em relação ao planejamento de suas áreas e em seus objetivos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida ao longo dos anos de 2014 a 2016, por meio de amparos teóricos e trabalhos de campo. No primeiro caso, a partir das obras de Boullón (1997), Beni (1998), Cruz (2000) e Ruchmann (2003) e ainda, documentos legais, com destaque a Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (BRASIL, 2001). Em âmbito estadual foi utilizada a Lei Complementar N. 1261, de 29 de abril de 2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas para os municípios do Estado de São Paulo (São Paulo, 2015). Em nível municipal foram considerados ainda o Plano Diretor Municipal e o Plano de Desenvolvimento Turístico, os quais devem nortear as discussões em torno do planejamento do turismo.

O trabalho de campo nos municípios estudados incluiu observações in loco (nos balneários), visitas a órgãos e entidades públicas e privadas relacionadas ao turismo, e entrevistas norteadas por um questionário previamente elaborado, aplicado aos gestores públicos municipais, diretamente relacionados ao planejamento do turismo.

A partir da base teórica e documental, as visitas aos municípios tiveram o objetivo de compreender a realidade, observar a estruturação do turismo e a organização das secretarias e/ou departamentos vinculados à atividade, no sentido de conhecer dificuldades e perspectivas ao desenvolvimento do setor.

Os questionamentos norteadores da entrevista buscaram esclarecer como os gestores municipais utilizam os instrumentos disponíveis, ligados ao turismo, para o planejamento da atividade; identificar ações conjuntas e de longo prazo; perceber as transformações decorrentes dessa atividade; e ainda, reconhecer a integração com as várias atividades econômicas, sociais, ambientais e políticas existentes na região.

Assim, por meio de um olhar crítico, em consequência da aplicação das teorias, conceitos e metodologias elegidas, esta pesquisa busca elucidar



as realidades que envolvem a sociedade, a partir da inserção do homem em seu meio, seja ele natural ou artificial, no tocante ao desenvolvimento do turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fluxo crescente de visitantes nos municípios estudados despertou no poder público interesse em desenvolver o turismo, o que culminou na necessidade de ações locais para atender e aumentar essa demanda. Nessa perspectiva, gestores municipais engendraram estratégias isoladas para transformar esses territórios em espaços turísticos e assim atrair uma economia alternativa, a partir do turismo de sol e praia, em rios e represas. A expansão da atividade pode incrementar as atividades produtivas que servem de base à economia local, principalmente, a geração de empregos nos diversos setores ligados ao trade turístico.

As cidades estudadas são banhadas pelo rio Paraná, um recurso natural significativo na região, que se encontra represado pela barragem da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e forma o reservatório de Porto Primavera. Assim, esse recurso hídrico representa o principal atrativo turístico dos municípios estudados, onde se destacam o turismo de sol e praia e o turismo de pesca. Essa similaridade em relação ao atrativo permite a comparação entre os municípios e sinaliza que o rio Paraná define o cenário para o desenvolvimento da atividade e o tipo de público que as cidades recebem.

O turismo de sol e praia se consolida, principalmente, na existência de balneários públicos localizados às margens do rio Paraná, nos quatro municípios estudados. Mas em uma análise inicial é possível identificar divergências entre os atuais objetivos delineados para esses espaços em relação à proposta de criação. Os balneários foram construídos como obras de compensação aos prejuízos ocasionados pelo represamento do rio Paraná para a formação do reservatório de Porto Primavera. Foram concebidos para o lazer da população local e não para o desenvolvimento



do turismo. Entretanto, atualmente, as ações relacionadas ao manejo dessas áreas estão mais voltadas ao turismo, do que aos municípios.

Essa nova abordagem pode gerar impactos culturais significativos, pois o espaço turistificado pode excluir a população local do seu lugar. Em uma visão ampla, entende-se que o planejamento desses quatro balneários deve ser norteado por ações que permeiem o planejamento participativo, observados, principalmente nesses casos, os preceitos da sustentabilidade cultural e ambiental.

A projeção de potencialidades para atividades que envolvem o turismo deve perpassar à proteção do meio ambiente natural e cultural, considerando que ambos se constituem em matéria prima para o planejamento e desenvolvimento de produtos turísticos, que são essenciais à consolidação de destinos (Beni, 1998; Boullón, 1997; Cruz, 2000; Ruschmann, 2003). Contudo, as visitas in loco e as entrevistas realizadas com os gestores municipais permitiram observar atitudes pouco estruturadas em relação ao planejamento de longo prazo para o uso intensivo do ambiente natural, que contemple uma relação direta entre aumento de demanda, capacidade de carga e impactos ambientais.

Especificamente, em relação aos balneários foi possível observar que em Rosana havia corpo de bombeiro aos finais de semana e temporada de verão, mas não havia posto de atendimento ao turista no local. Havia também uma área de mata e quiosques imprópria para uso, por estar localizada embaixo de torres de transmissão de energia elétrica de alta tensão. O balneário gerava receita por alugar os quiosques para churrasco, mas não possuía um gerenciamento financeiro próprio. A área externa ao balneário, já delimitada no Plano Diretor Municipal estava sendo concessionada a empreendimentos particulares, em ações isoladas do conjunto territorial de planejamento estratégico futuro.

O balneário de Presidente Epitácio, possuía a época dos trabalhos de campo: praia com ampla faixa de areia, quiosques, estacionamento, posto do corpo de bombeiro, área construída para eventos e posto de informação



ao turista. O gerenciamento do balneário era feito pela Secretaria de Turismo com orçamento não específico para o mesmo, e sim na alíquota da LOA (Lei Orçamentária Anual) daquela Secretaria. Não se observou ações de estruturação conexas com um plano estratégico integrado entre política urbana e de turismo para o Município.

O balneário de Panorama contava com uma gestão organizada desde 2013, com delimitação da área de uso e controle de entrada de visitantes, com mensuração e estatística de público. Além disso, contava com orçamento próprio na gestão financeira municipal. O espaço integrava área para eventos, posto de bombeiros atuando na alta temporada, área cercada de camping, aluguel de quiosques para visitantes e posto de atendimento ao visitante.

No balneário de Paulicéia foram observados danos em relação às condições ambientais, como erosão na área de praia e depreciações, por vandalismo nos quiosques recém construídos. Algumas áreas estavam seriamente depredadas, não havia calçamento e a área não apresentava acessibilidade.

A análise do planejamento desses espaços públicos, à luz das legislações pertinentes ao uso e ocupação do solo urbano e em áreas naturais leva a ponderação sobre a necessidade de ações conectadas à sustentabilidade da atividade turística, sobretudo nesses municípios que exploram recursos naturais existentes em seu território. A pesquisa nos municípios demonstrou que Panorama, Presidente Epitácio e Rosana mencionam a atividade turística em seus Planos Diretores. Entretanto, ações efetivas entre as diretrizes do documento e a realidade, não foram observadas. O município de Paulicéia não possuía Plano Diretor Municipal. Rosana e Panorama confeccionaram em 2016, seus Planos de Desenvolvimento Turístico, a partir das determinações da Lei Estadual nº. 1261 de 29 de abril de 2015, visando tornarem-se Município de Interesse Turístico (São Paulo, 2015). Enquanto Paulicéia e Presidente Epitácio ainda



não possuem tais planos. Apesar deste último já possuir o título de Estância Turística.

O descritivo em torno das principais atividades desenvolvidas nos municípios deveria se relacionar com as formas de execução das políticas e de aplicação dos investimentos, mas não foram observadas no estudo essa inter-relação. Na oportunidade da visita aos municípios (2014 - 2016) foram observados que não há a estruturação e adequação do território para delineamento de novas áreas ao turismo, tanto consolidadas, quanto a serem preparadas, por meio de um planejamento efetivo, em uma visão de futuro e sustentabilidade do turismo.

Observou-se ainda, a falta de ações para atender uma demanda crescente de visitantes, que considerasse a preocupação com a acessibilidade, pouco desenvolvida nessas localidades. Apenas Panorama está inserido no Programa Praia Acessível e utiliza cadeiras próprias para pessoas portadoras de necessidades especiais, que podem ser colocadas na água. Entretanto, os demais municípios não estão estruturados para essa prática.

Em todos os municípios visitados foi constatado que não há uma percepção de uso do território delineada a partir das políticas de integração entre Plano Diretor Municipal, Plano de Desenvolvimento Turístico, zoneamento urbano e ambiental para o planejamento em longo prazo. Falta uma visão integradora, que contemple uma relação direta entre aumento de demanda, capacidade de carga e conservação ambiental, atreladas ainda, a preocupação com a acessibilidade, pouco desenvolvida nos espaços públicos estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa permitem considerar que não há integração nos municípios, no sentido de estruturar territórios para o turismo. A incipiência nas ações de planejamento e ligados ao uso sustentável dos recursos hídricos, somadas à falta de nitidez nas políticas de desenvolvimento



para o turismo denotam ações pontuais e pouco estratégicas nos espaços voltados à atividade. Tais áreas carecem de demarcação de zonas de proteção ambiental, de áreas consolidadas para o turismo, de espaços para eventos ou de espaços para expansão futura, em atendimento ao crescimento de fluxo de visitantes. Tais espaços públicos poderiam nortear e justificar projetos para a captação de recursos ao desenvolvimento do turismo e sua sustentabilidade, em longo prazo. O fomento pode advir de várias formas observadas parcerias, incentivos fiscais, linhas de financiamento e/ou outras modalidades, que podem ser desencadeadas a partir de políticas públicas.

As intervenções observadas não transcorrem de modo planejado e sim, para articular benesses e vontades políticas, que muitas vezes se consolida na construção de monumentos que sejam visíveis e embelezem as cidades. Longe da crítica ao embelezamento, entretanto, urge a necessidade de desenvolver pesquisas sobre demanda e fluxo de visitação, associadas a estratégias que, entre outros aspectos visem atender bem o turista e que considerem a capacidade de carga do meio. Além disso, se faz necessário o desenvolvimento e o fortalecimento de novos produtos turísticos, sejam eles culturais, naturais ou rurais que possam trazer diversidade de atrativos ao destino, com o propósito de aumentar a permanência de visitantes na localidade e assim, movimentar de forma efetiva a economia e os serviços das cidades.

Esse estudo contribui para uma discussão importante na esfera do planejamento turístico e territorial que deve ser suscitada na academia. Vários trabalhos nessa temática, ao serem apresentados em eventos surtiram efeitos positivos na discussão de que é necessário um novo modelo de gestão para o turismo nas Estâncias do Estado de São Paulo, mesmo porque, a leitura da Lei Complementar N. 1261/2015, não traz essa articulação como ótica, ao cenário de uso de recursos públicos que possam concentrar esforços em uma gestão integrada.



Por fim, acredita-se que será necessário aprofundar o tema por meio de outras pesquisas que possam identificar e propor novas práticas que envolvam o planejamento participativo e estratégico, de forma a transpor paradigmas e transformar a gestão municipal em turismo. Já que isolado de outras vertentes do desenvolvimento das cidades, não há como o turismo tornar-se uma atividade sustentável, principalmente, levando em consideração que a atividade se instaura nos municípios, a partir da ocupação de espaços urbanos e rurais, explorando recursos naturais e culturais.

REFERÊNCIAS

- Bardet, G. *O Urbanismo*. Trad. Nascimento, F.C.S. Campinas, SP, Papirus, 1990.
- Beni. M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
- Boullón, R.C. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1997.
- _____. *Los Municipios Turísticos*. México: Trillas, 1999 3ª ed.
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Assessoria de Comunicação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 12/2015.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- Brasil. *LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001*.Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 08/2017.
- Cruz, R. C. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Atenas*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>Acesso em: 28/05/2017.



Ruschmann, D. *Turismo e planejamento sustentável*. 5. Ed. São Paulo: Papirus, 2003.

Santos, M. & Silveira, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

São Paulo (a). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Turismo. *Regiões Turísticas*. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/regioes-turisticas.html>. Acesso: 20/04/2016.

São Paulo (b). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Turismo. *Regiões Turísticas*. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/circu>. Acesso:10/11/2016.

São Paulo. *Lei Complementar Nº 1.261, de 29 de abril de 2015*. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 08/ 2017.

Autor 1 Renata Maria Ribeiro	Pesquisa de campo, entrevistas, tabulação e análise dos dados e referencial teórico sobre planejamento.
Autor 2 Danielli Cristina Granado	Pesquisa de campo, entrevistas, tabulação e análise dos dados e referencial teórico sobre sustentabilidade e recursos naturais.
Autor 3 Guilherme Henrique Barros de Souza	Confecção da figura, estrutura formal do trabalho e mapeamento das cidades

